

O acordo conseguido pelo Brasil esta semana com o Clube de Paris, reescalando o pagamento de 11 bilhões de dólares aos principais países credores em 14 anos, aplaina o caminho das contas externas brasileiras e facilita o acerto com os bancos privados.

É mais um passo na direção certa e um claro sinal de que a comunidade financeira internacional apóia o plano de estabilização do ministro Marcílio Marques Moreira. Depois do acordo com o FMI e o aumento nas reservas em moeda forte, o Brasil abre o caminho para um acordo com os bancos comerciais. Este foi, aliás, o caminho trilhado pelo México.

Existem de imediato duas vantagens no acordo. Em primeiro lugar, o acerto com o Clube de Paris é condição prévia para a suspensão do bloqueio de crédito oficial ao Brasil. Em seguida, os desdobramentos: o Brasil vai agora tentar conseguir um desconto de 35% e um prazo entre

20 e 30 anos para o acordo da dívida de 42 bilhões de dólares com mais de 600 bancos.

O ministro Marcílio quer apressar a regularização de toda a situação na área internacional até o fim deste semestre. Segundo ele, contrariamente ao que aconteceu em negociações anteriores, o acordo com o Clube de Paris não sobrecarregou nenhum ano, como em 1983 e 1987, que penalizaram 1989 e 1992. Embora as negociações tenham sido difíceis, ficaram dentro do previsível: sabia-se que o Clube de Paris em nenhum momento pensou em reduzir a dívida do Brasil.

Na quinta-feira, com a serenidade habitual, o ministro afirmou no plenário do Senado que o governo não vai mudar sua política econômica, descartou categoricamente a dolarização da economia e garantiu que a inflação cai por motivos que vão da boa safra agrícola ao câmbio favorável aos exportadores. O ministro Marcílio completou assim a segunda etapa da longa viagem de volta à normalidade.